

O PROCESSO

Só a luta muda a vida

Em mais uma demonstração da disposição de luta dos judiciários, uma nova assembleia se realiza nesse dia 2 de setembro. Muitos companheiros, indignados com o atual cenário do Judiciário Paulista, ampliam nossas fileiras na busca pela reposição salarial e conquistas da pauta unificada de reivindicações.

Neste momento - especial pelas decisões que devem ser discutidas e dramático pelas consequências que estamos arriscados a sofrer, caso o Tribunal de Justiça não pague a reposição salarial - é necessário que os companheiros e colegas de trabalho façam uma reflexão sobre o papel das nossas lutas, nossas vitórias e nossas derrotas para que fique esclarecido de uma vez por todas o que de fato ganhamos e perdemos no último movimento de luta em 2004.

Ganhamos:

- 22% de reposição em apenas dois anos - 2004 e 2005 -, decorrência do forte movimento reivindicatório realizado pela categoria. Desde

então, essa reposição significa dinheiro recebido no seu bolso e que incorpora-se para férias, 13ª e aposentadoria. É dinheiro real que se recebe todo mês, não é ilusão de créditos "virtuais" e ameaçados de nunca serem pagos.

- Desde 2001 nosso salário nominal - o valor dos vencimentos, sem compará-lo à inflação - cresceu cerca de 60%

- Política de reposição anual da inflação em 2006, 2007 e 2008. Até chegarmos à gestão de Roberto Antônio Vallim Bellocchi, manteve-se essa política, fruto também da pressão desde a greve de 2004.

- Aumento dos auxílios alimentação, transporte e saúde

- Ampliação de vagas do programa "auxílio creche-escola" para todo o Estado (ainda que nossa luta seja para que este auxílio esteja à disposição de todos).

- Implementação de uma política de informatização que resultou no aumento do número de computadores (antes os servidores tinham que levar de casa seus equipamentos)

- Melhoria de algumas condições de trabalho (devido à nossa pressão, ainda que de forma insuficiente, foram adquiridos

Esses créditos são um direito do servidor e temos que lutar por eles. Porém, o TJ não paga quem fez a greve e também quem não a fez. Apenas alguns dias (cinco) foram pagos nos últimos anos. Esse ano, nem isso sabemos se acontecerá.

Alguns servidores, cerca de quatro mil, são descontados em dinheiro até hoje nos salários. Outros foram descontados de seus créditos. O problema é que esses créditos fazem parte de uma dívida trabalhista de mais de R\$ 1 bilhão e 200 milhões que o TJ não sabe, sequer, se terá condições de pagar e em

deixar de pagar até dispor dos recursos. Na prática, oficializaram um calote dos precatórios.

Por que, então, nossa categoria se apega tanto a algo que não será pago apenas por "boa vontade" do TJ? Por que não entende que se não lutar também pelo pagamento dessa dívida é que não receberá nada?

Não há resposta para isso, porém, o individualismo acaba sendo o responsável por propagar equivocadamente que a greve de 2004 foi uma derrota, quando, na verdade, foi vitoriosa e os argumentos acima demonstram isso.

Individualismo porque diante dos baixos salários, os servidores remetem suas expectativas para algum dinheiro que tenham direito a receber e transformam a esperança de uma solução imediata em ilusão achando que sem aquela luta de 2004 receberiam seus direitos. Terrível engano.

Ao contrário, o que recebemos em nossos salários nos últimos anos supera qual-

quer crédito que tenha sido descontado e é maior também que os valores que são descontados mensalmente dos salários dos servidores.

Não estamos com isso abandonando a luta para reaver créditos e descontos, inclusive a batalha jurídica, mas precisamos de uma vez por todas entender que nossas alternativas para melhorar salários e vencimentos são coletivas, não individuais.

Porque só com luta, com participação e mobilização, podemos vencer, obtendo nossos direitos e novas conquistas.

Porque só a luta muda a vida!



ridos novos mobiliários e feita a reforma em alguns edifícios; lembre-se que antes nem papel higiênico havia à disposição)

TUDO ISSO É VITÓRIA DA LUTA, DA MOBILIZAÇÃO E DO MOVIMENTO GREVISTA DE 2004. NÃO CAIU DO CÉU, NEM FOI "DADO" PELA "BONDADE" DO TJ. FOI CONQUISTADO POR NÓS.

O que perdemos? Descontos dos créditos de dívidas trabalhistas do TJ com a categoria e que não são pagos desde a década de 90 (FAM) ou desde 2001, como férias e licenças-prêmio vencidas.

quanto tempo. Em abril desse ano, na discussão com a Comissão Salarial do TJ, um dos desembargadores chegou a dizer que essa dívida "está se tornando impagável".

Ainda que os servidores consigam judicialmente obrigar o TJ a pagar esses créditos, terão de recorrer à Fazenda Estadual para receber, ou seja, receberão um precatório da dívida, que com a nova política de precatórios determinada em Brasília, talvez nunca recebam, pois podem ter deságio de 40%, 15 anos de parcelamento e, se a Administração Pública provar falta de recursos, poderá

CAMPANHA SALARIAL

Assembleias locais apontam indignação e disposição de luta

A quarta-feira, 26 de agosto, foi de assembleias locais nas comarcas da Baixada Santista, em Guarulhos e em prédios da Capital, conforme deliberação da Assembleia Geral Estadual realizada no início do mês, em São Paulo.

Os servidores estiveram reunidos em frente aos fóruns no intuito de ampliar a adesão ao movimento, a participação na Assembleia Estadual, deste dia 2 de setembro, e a paralisação das atividades por aqueles que permanecerem em suas comarcas e prédios.

Capital e Guarulhos – Com o apoio da Assojubs, nas presenças dos delegados regionais da associação em São Paulo, Luiz Milito (Execuções Fiscais) e Gilberto de Oliveira Rodrigues (Santana), os servidores da Capital – fóruns João Mendes, Ely Lopes Meireles, Execuções Fiscais, Jabaquara, Santana e Palácio da Justiça, entre outros – reuniram-se, às 14 horas, na Praça João Mendes.

Em Guarulhos, por intermédio do servidor Inaldo Martins, representante do prédio, o qual após votação unânime foi confirmado como delegado regional da Assojubs na Comarca, a assembleia local ocorreu a partir das 11h30, agrupando cerca de 130 judiciários à entrada do fórum.

Inicialmente foram passados informes gerais sobre a Campanha, sendo, na sequência, debatidas novas propostas para serem inseridas na luta e avaliações acerca das ações realizadas até o momento.

Entre os pontos apresentados pelos servidores da Comarca, propostas como medidas jurídicas (ações coletivas) pelas entidades para obrigar o TJ a cumprir as leis (artigo 37 X da Constituição Federal, que versa sobre a reposição da inflação, e a data-base da categoria), rediscussão do Plano de Cargos e Carreiras e pressão mais intensa no Legislativo para aprovação do PCC, as quais foram aprovadas pela maioria dos presente.

Santos – Com início às 14 horas, a assembleia em Santos reuniu na escadaria do Fórum Central servidores, a Diretoria da Assojubs, colaboradores como Mário Sérgio Soares e Sérgio Crochemore, integrantes do Núcleo de Oficiais de Justiça da associação, e o companheiro Adilson Rodrigues, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Sintrajud).

Solidário à luta da categoria, Adilson, servidor federal, esteve presente à assembleia em um gesto de apoio à Campanha Salarial dos judiciários esta-

duais e no intuito de dar o exemplo de como é possível avançar no movimento e chegar aos resultados positivos. Para ver atendidas as reivindicações, é necessário trabalhar em unidade, pois só se evolui para as conquistas com apoio e união.

“A única forma de reverter essa situação de indiferença imposta pelo Tribunal de Justiça é com luta, cumprindo as determinações aprovadas em assembleia. Organização, esse é o caminho!”, ressaltou Mário Soares.

A conscientização de que não se constrói nada sozinho também foi o tema da explanação de Sérgio Crochemore: “A decisão de aderir ou não à greve é individual, mas a luta é coletiva, e é aqui, participando das assembleias, que podemos mudar esse quadro em que a categoria atualmente está inserida”.

Hugo Coviello proferiu um discurso contundente conclamando os companheiros para a luta e explicando as conquistas obtidas no último movimento da categoria em 2004, demonstrando que os ganhos e as vitórias foram muito maiores que as perdas ou os castigos que o TJ quis impor.

O presidente da Assojubs afirmou ainda que todos devem trabalhar por um forte movimento no dia 2 e que aqueles que “furarem” a organização da paralisação devem ser considerados como “traidores da categoria”.

Praia Grande – Sob a coordenação da Assojubs, representada por seu presidente, Hugo Coviello, pelo delegado regional na Comarca, Márcio Fernando de Oliveira, e representantes locais, houve assembleia em Praia Grande às 11h30 da manhã. Cerca de 50 servidores participaram da assembleia, mostrando indignação contra o tratamento dispensado à categoria pelo presidente do Tribunal de Justiça, Roberto Antônio Vallim Bellocchi.

Em meio aos esclarecimentos, Coviello reforçou aos companheiros que este é o momento de reagir e mostrar a força da categoria, demonstrada an-

teriormente em movimentos históricos como os de 2001 e 2004.

“Se não lutarmos hoje, vamos amargar dois, três anos difíceis, pois o Serra [José Serra, governador] já determinou que não haverá reajuste para o funcionalismo em 2010. Não é possível que o servidor público, que trabalha com dignidade e honestidade, não reaja! Portanto, a hora é agora!”, enfatizou o presidente da Assojubs.

São Vicente – Atendendo ao chamado do diretor de Atividades Sociais, Culturais e Educacionais da Assojubs, Eduardo Requejo, os servidores de São Vicente também realizaram, às 14 horas, uma assembleia local em frente ao Fórum Central.

Na Comarca, os judiciários propu-

ca, Rita Moura, os servidores concentraram-se na entrada do fórum e ouviram atentamente os informes passados por Hugo Coviello, que se deslocou até a cidade após o término do ato em Santos.

Além do presidente da Assojubs, estiveram presentes Maria Kill Damy Castro, secretária geral da associação, e Mario Soares, oficial de justiça. Aos judiciários de Cubatão, Coviello falou sobre as regalias concedidas pelo TJ à magistratura em detrimento às questões dos funcionários, lembrando que os servidores trabalham às vezes nove, dez horas sem ganho extra, enquanto os juizes sequer precisam bater ponto e ainda são liberados por lei para lecionar, inclusive, em escolas e faculdades particulares.

“É uma classe que vem sendo priorizada e recebendo benefícios há muito tempo. Agora, para completar, cada juiz e desembargador recebeu um livro, edição luxuosa, com capa de couro, sobre a história do Judiciário Paulista, cuja verba para a confecção da ‘obra’ deve ter saído do Fundo Especial. Para isso há dinheiro, mas para pagar nossa reposição, não. É couro no livro e couro para cima da gente, que só recebe sobrecarga de serviço”, disse o presidente da associação.

Coviello lembrou aos servidores as melhorias proporcionadas pelos últimos movimentos realizados pela categoria: “Devido à greve de 2004 recebemos uma reposição de 22% após sete anos de defasagem salarial, houve a troca das antigas máquinas de escrever por computadores e a extensão do creche-escola para os judiciários do litoral”.

Encerrando a assembleia, Coviello fez a convocação para a Assembleia Estadual e orientou aos demais servidores, aqueles que permanecerão na Comarca, para que nesse dia efetuem piquetes e convençam os colegas a paralisarem: “Incrivelmente na Casa da Justiça não se faz justiça com seus funcionários. E nossa mobilização é único meio que dispomos. Vamos à luta, pessoal!”

Mongaguá – Através da delegada regional da Assojubs em Mongaguá, Fátima Moreira, os servidores da Comarca também realizaram uma assembleia local, às 11 horas, visando esclarecer aos judiciários sobre o andamento da Campanha Salarial.

A servidora reuniu os colegas em frente ao fórum para passar os informes do movimento e chamar a categoria a participar da Assembleia Estadual em São Paulo.



Praia Grande



Santos



Guarulhos

ORÇAMENTO 2010

Protestos contra a base governista na Audiência Pública realizada em Santos

Assojubs esteve presente e apresentou críticas contundentes contra o governo Serra e partidos aliados (PSDB, DEM, PTB, PMDB, PPS)

Santos foi mais um município a sediar uma da série de Audiências Públicas sobre o Orçamento 2010. No dia 24 de agosto, o Salão Princesa Isabel, na Prefeitura, recebeu a população local, parlamentares e representantes de entidades dos diferentes segmentos do serviço público estadual, que se manifestaram - muitos deles negativamente - sobre desdobramentos de questões que envolvem o destino da verba orçamentária para o próximo ano.

Entre as principais insatisfações apresentadas, menções à precariedade no atendimento médico e hospitalar do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), à política de “bônus por produtividade” na educação, o desrespeito do Governo do Estado com a data-base do servidor público, que vem sendo descumprida, e o corte do governo nas verbas do judiciário.

A mesa de trabalho foi composta pelos deputados Mauro Bragato (PSDB), presidente da Comissão de Orçamento e Finanças e responsável pelas audiências públicas, Bruno Covas (PSDB), membro permanente da Comissão de Orçamento e Finanças, Maria Lúcia Prandi (PT), Olímpio Gomes (sem partido), Cássio Navarro (PSDB) e por Maurício Hoffmann, da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado.

O descaso que o Governo dispensa ao Iamspe foi alvo de críticas ferozes por parte do deputado Olímpio Gomes. “O Hospital do Servidor Público está literalmente caindo. Não há profissionais e recursos para gerir a instituição, uma total falta de dignidade com o ser humano que busca por atendimento à saúde”, enfatizou.

Sobre o serviço público, o parlamentar igualmente foi contundente: “Lamento a política de gestão direcionada ao funcionalismo, que não vê respeitado seus direitos, pois os servidores são discriminados pelo governador José Serra [PSDB]. Com o Judiciário, então, a situação é pior. Nos demais estados o poder recebe 6% da receita para o pagamento de pessoal, o que não acontece em São Paulo, que tem destinado somente 4,3%. E o Tribunal de Justiça não reclama, pelo contrário, é subserviente às orientações do Governo”.

Para explicar a inércia do Judiciário perante o Executivo, o parlamentar lembrou o fato do presidente do TJ, Roberto Antônio Vallim Bellochi, ter, na ausên-



cia do governador e do vice, liderado o Estado por alguns dias no início do ano. Segundo ele, um acordo político para que o magistrado pudesse realizar seu grande “sonho” de chefiar São Paulo.

Hugo Coviello, presidente da Assojubs, além do descumprimento da data-base da categoria, citou a falta de vontade por parte dos deputados da base governista em aprovar o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Judiciário e a responsabilidade dos partidos que apóiam o governo (PSDB, PMDB, PTB, DEM, PPS) pela aceitação do corte de Serra na peça orçamentária do judiciário, que retirou 36% da verba de pessoal, prejudicando a categoria, e 91% de investimentos, o que afeta a qualidade e o acesso da população à justiça.

“Justiça, segurança, saúde e educação estão entre os piores salários pagos no Brasil. Cortaram 36% da verba de pessoal e 90% de investimentos para a justiça, e depois vão à mídia dizer que querem melhorar o acesso à justiça. Os índices de qualidade da saúde e da educação também não são bons. São 16 anos de governo do mesmo grupo político e o que foi feito em benefício da população? Nada! Houve aumento de 30% na arrecadação per capita do Estado nos últimos anos e aonde vem sendo aplicada essa verba? Talvez em aditamentos de obras como o do Rodoanel, que, assim como vários outros assuntos, a bancada governista não permite CPI para investigar, enquanto isso o serviço público continua sendo ignorado”, esclareceu.

Direcionando-se ao deputado Bruno Covas (PSDB), parlamentar com base eleitoral na Baixada Santista, Coviello indagou: “Fizemos diretamente ao senhor o pedido sobre o atendimento do Iamspe na região no ano passado. O que o senhor fez pelo Iamspe? Não fez nada! O seu avô [o ex-governador Mário Covas] quando enfrentou uma doença grave foi chamado de ‘guerreiro’ pela imprensa e teve à disposição um andar inteiro do Hospital das Clínicas. É fácil ser guerreiro sendo tratado pelos melhores médicos de São Paulo. E quanto aos servidores que saem daqui, gastam R\$ 100,00, R\$ 200,00 para se deslocar à Capital e perdem o dia todo por lá, enfrentando filas para serem atendidos no Hospital do Servidor? Se seu avô era guerreiro, esse pessoal é herói!”.

Ao final, o deputado Mauro Bragato (PSDB), em resposta às acusações de apatia da base governista, do qual faz parte, feita pelo representante da Assojubs, respondeu: “Gostaria de me dirigir em especial ao senhor Hugo Coviello para lhe dizer que o problema das verbas do Judiciário é do próprio Judiciário, que tem autonomia, e nós não podemos votar nada sem autorização do Tribunal. O que falta é um melhor relacionamento do comando do Tribunal com seus servidores para entender melhor os pleitos deles”.

Encerrada a audiência, o presidente da Assojubs foi conversar pessoalmente com o deputado Mauro Bragato. Coviello rebateu da seguinte forma: “Sa-

bemos que o principal problema ainda é o uso que o TJ faz das verbas priorizando a magistratura em detrimento dos funcionários, mas a questão da autonomia não pode ser relativizada conforme a conveniência. Na hora de votar projetos de interesse do servidor alegam que precisam da autorização do TJ, que este tem autonomia. Na hora de cortar as verbas que pagariam, por exemplo, a dívida trabalhista do TJ com a categoria passam por cima da autonomia. Se o TJ tem autonomia, o governador não pode cortar as verbas do orçamento do TJ e a Assembleia [Legislativa] não pode acatar esse corte. Não se pode usar dois pesos e duas medidas”.

De acordo com as informações passadas no começo da Audiência Pública, todas as sugestões serão estudadas, podendo haver aproveitamento de alguns indicativos na distribuição de verbas do orçamento para o exercício de 2010.

Para entender:

O governo Serra (PSDB – PTB – DEM – PMDB- PPS) cortou 41% da verba do Judiciário este ano. Desse total, 36% estavam relacionados à verba de pessoal (como o pagamento de dívidas trabalhistas da categoria, no caso, FAM, férias e licença-prêmio vencidas e outras conquistas), e 91% foi subtraído de investimentos, o que poderia ajudar a melhorar o acesso e o atendimento de qualidade à população.

Em 2010 tem eleição. É ano de dar uma resposta e não votarmos nos partidos do governo.



Unimed Santos

00070400602

ROBERTO

PODER JUDIC TP CONTR 3-EMPRESARIAL

M RESTRIC PRODUTO AMB+ENF CIOBSTETR

VALID ABR VIA PL LCOB

1968 11/19/2009 RB 02 17 0001

assojobs & Unimed Federação

Atendimento para todo o Estado de São Paulo

Condições especiais e promocionais

Fale com os nossos representantes: (11) 9166 - 5433 - (13) 3223 - 2377

feleconosco@assojobs.com.br ou secretaria@assojobs.com.br



Cartão de consumo VALECARD

Quem é sócio da **assojobs** pode usar o Valecard em milhares de lojas, mercados e restaurantes na Capital, no Interior e Litoral.

Válido em todo o território Paulista e também em outros Estados

feleconosco@assojobs.com.br ou secretaria@assojobs.com.br

E X P E D I E N T E



Diretoria

Hugo Coviello - presidente
Paulo Pompeu - vice-presidente
Maria Kill - secretária geral
Adelson Gaspar - tesoureiro
Eduardo Requejo - atividades sociais e culturais
Laércio Armesto - atividades esportivas
Mário Augusto - patrimônio
Paulo Mercadante - comunicação
Alexandre dos Santos - convênios

Conselho Deliberativo

Iporaci da Silva Maia - Comarca de Santos
Mário Sérgio Rosa - Comarca de Santos
Roberto Maia Santana - Comarca de Santos
Ailton dos Santos - Comarca de Santos
Paulo Afonso Filgueiras Júnior - Comarca de Santos
Mário Ricardo Reis Silveira - Comarca de São Vicente

Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448
Diagramação: www.cassiobueno.com.br

Tiragem: 2000 exemplares

Impressão: Gráfica Diário do Litoral
Assojobs - Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo
• Endereço: Av. São Francisco, 276 / 278 - Centro - Santos - SP, Cep: 11013-202
telefone: 3223-2377 - 3223-5278
e-mail: feleconosco@assojobs.com.br
secretaria@assojobs.com.br
internet: www.assojobs.com.br